

Presidente quer Justiça ágil

FHC

Humberto Pradera

As denúncias de corrupção que vêm assolando o País, envolvendo empresas privadas com administrações públicas, políticos e juizes, expõem o fracasso do aparelho estatal na função de prevenir e coibir a criminalidade e acabar com a impunidade. Nem o Congresso Nacional, nem os poderes Judiciário e Executivo, consideram que têm atendido à expectativa da sociedade brasileira de dar um basta ao assalto aos cofres públicos e acabar com uma realidade injusta, onde só o pobre vai para a cadeia.

O presidente Fernando Henrique Cardoso não acha que o Estado está falido para combater a corrupção e a criminalidade. Ele considera que o desencanto da sociedade vem do descompasso entre as aspirações por Justiça e o ritmo em que a punição ocorre. Para ele, a luta contra a corrupção será vencida com “uma Justiça ágil, leis duras, e uma população consciente de que a



FHC: “Não são os desempregados que traficam ou seqüestram”

verba desviada são impostos de cada um que estão sendo apropriados de forma desonesta”.

O Presidente contesta a tese de que a pobreza e o desemprego produzem criminalidade. “Jamais conseguiram estabelecer correlação direta entre pobreza e criminalidade”, afirma Fernan-

do Henrique. “Não são os desempregados que traficam, que seqüestram”, arremata. Já o presidente da Câmara dos Deputados, Michel Temer (PMDB-SP), considera que é mais do que urgente uma reação das autoridades máximas do Estado brasileiro, em resposta à indignação

da população à corrupção, manifestada em recentes pesquisas de opinião.

Ele propõe a reunião do Conselho da República, composto pelos presidentes da República, do Supremo Tribunal Federal, do Senado e da Câmara. Cada um deles assumiria o compromisso de priorizar, em sua respectiva área, ações de combate à corrupção e à impunidade. “A sociedade não agüenta mais assistir a essa onda de denúncias sem uma resposta e cabe a nós encontrarmos a melhor e mais rápida forma de atendê-la”, disse Temer.

As denúncias recentes de corrupção e criminalidade foram temas de dois inflamados discursos indignados de Fernando Henrique na semana passada. Enquanto isso, os órgãos do Governo responsáveis por fiscalizar e combater a corrupção reclamam de falta de instrumentos legais para agir com eficácia.